



Canal Energia - 29 Jan 2004

Agentes preparam nova investida por mudanças do modelo, agora no Senado **Entidades do setor, como Abradee, Abrage, CBIEE e Abrace, vão pleitear alterações no texto aprovado na Câmara**

Derrotados em muitos dos pontos aprovados pela Câmara dos Deputados no texto sobre a comercialização novo modelo, agentes de diversos segmentos do setor de energia elétrica vão partir para a negociação no Senado Federal, onde o projeto de lei de conversão chega tendo prioridade. O corpo-a-corpo com os senadores deve começar no início da semana que vem, já que a perspectiva da bancada governista no Senado é aprovar o tema nos próximos dias.

A Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica) e a Abrage (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica) pretendem iniciar rapidamente as conversas com o relator do projeto de lei de conversão no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS). A intenção é levar não só pleitos já apresentados e rejeitados pelo relator na Câmara, Fernando Ferro (PT-PE), mas também novas propostas, à luz das alterações promovidas no texto aprovado.

O presidente da Abradee, Luiz Carlos Guimarães, não esconde o descontentamento em relação ao projeto de conversão da Câmara. "Basicamente, o projeto da MP 144 não atende ao que prevíamos. Os pontos que pleiteamos, no sentido de dar um conforto maior aos investidores, estão muito longe do texto aprovado", diz. Guimarães relaciona sugestões os distribuidores rechaçadas pelo relator na Câmara, ligadas principalmente ao repasse às tarifas.

Ele critica o fato de o projeto deixar em aberto as condições e os limites para o repasse de custos e riscos dos leilões aos consumidores finais, assim como o impedimento da transferência para as tarifas dos custos relativos à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). O executivo classifica as determinações como "meio sem sentido", pois tratam-se de custos não-gerenciáveis. "Não podemos ter riscos de comercialização enquanto distribuidoras", afirma.

Para o segmento de geração, um dos pontos que serão trabalhados junto aos senadores, assim como foi na Câmara (sem sucesso), é o que trata da isonomia entre a geração existente e a energia nova. Para o presidente da Abrage, Flavio Neiva, mesmo com a separação em processos de licitação diferenciados para as duas produções, as condições de comercialização acabam depreciando a energia velha descontratada dos contratos iniciais, e ainda não alocada.

"Pelo projeto, se uma previsão de crescimento de mercado não se realizar, haverá redução na venda da energia velha. Isso é um erro, a produção existente não pode ficar sujeita às frustrações de mercado futuro", avalia Neiva, citando como alternativa o mecanismo de rateio das sobras. Ele ressalta ainda que vai brigar no Senado para que os agentes tenham assento no CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico). "O investidor tem que participar deste grupo, é fundamental", diz.

Poder e equilíbrio - O presidente da CBIEE (Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica), Claudio Sales, considera que as mudanças incorporadas à Medida Provisória 144 pelo projeto de conversão de lei aprovado pela Câmara dos Deputados não alteram a essência do problema do setor elétrico. Para ele, o risco de alterações de regras é incompatível com a necessidade de atrair o capital privado para investir na expansão do sistema.

"O governo ficou com poder absoluto para estabelecer regras e regulamentos. Isto é incompatível com um setor que tem um retorno de longo prazo para os investimentos, pois as regras podem mudar", explicou o executivo. Sales disse ter esperanças de que o Senado modifique alguns pontos do projeto de lei de conversão da medida provisória. "A nossa esperança é de que o governo esteja sensível a isso e faça as mudanças necessárias", acrescentou.



Já para os grandes consumidores, as mudanças feitas na MP pelo projeto de conversão não serão suficientes para trazer equilíbrio e segurança para o setor. A avaliação pouco otimista é do diretor-executivo da Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia), Paulo Ludmer. Segundo ele, faltam no novo modelo medidas, por exemplo, para desonerar os encargos setoriais e ampliar o mercado de consumidores livres.

O executivo cita os artigos 13, que estabelece encargos para os auto-produtores, e 27, que cria taxas para os consumidores. Para ele, no caso do artigo 27, há um tratamento igualitário para consumidores com características distintas. O executivo também defendeu mudanças no prazo de prorrogação dos contratos fechados entre geradoras e grandes consumidores, previsto para 2010, e o período de cinco anos de antecedência para que o consumidor livre comunique o desejo de se tornar cativo.

No primeiro caso, a Abrace defende um prazo de sete anos, podendo ser prorrogável. No outro, diz que o prazo deve ser o mais curto o possível. Ludmer lembrou que uma emenda da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) pediu prazo de um ano para que haja a mudança da condição de livre para cativo. "Cinco anos é um horizonte que o consumidor não consegue enxergar para tomar esta decisão", observou.

"Do modelo apresentado pelo Instituto Cidadania até agora houve evolução, mas as medidas ainda são insuficientes", observou Ludmer, que ainda espera que o Ministério de Minas e Energia faça o detalhamento de cerca de 34 pontos do novo modelo. "O modelo tem muitos pontos que precisam de regulamentação", diz, estimando um prazo de seis meses a um ano para que tudo esteja estabelecido. Ele também espera por correções do modelo no Senado.